

Sr. Governador: pense em mim...

PAULO RABELLO DE CASTRO

Sr. Governador: pense em mim no dia 10 de setembro. Quando V. Exa. estiver à grande mesa de negociações em Brasília, rodeado por seus pares e na presença do Presidente da República, pense em mim e fale por mim. Nesse dia de encontro solene, em que o equivalente a 60 bilhões de dólares da dívida dos Estados (e das estatais estaduais) estiver em pauta, lembre-se, Sr. Governador, que o credor, em última instância, dessa dívida não é a União: sou eu. Sou eu, o operário da fábrica, o camponês humilde; sou eu, o menino de rua, a mocinha prostituída, o desempregado na fila do sopão, o aposentado no guichê da Previdência; sou eu o acidentado na maca suja de um corredor de hospital público. Sou eu que sou e espero, tremo e me alegro, que torço, gemo e ranjo os dentes na agonia de saber-me sozinho e esquecido de todos os senhores.

Vou explicar-me melhor. Por acaso não são estes os mesmos 60 bilhões de dólares que os Estados devem a quem deve ao Fundo de Garantia, ao INSS, ao Pis-Pasep, cujas faltas de pagamento têm gerado o desequilíbrio finan-

ceiro desses fundos, que deveriam representar minha âncora e segurança no incerto futuro de minha vida, da minha velhice? Se, por acaso, este é o recurso que me devem os senhores, por favor, não se esqueçam de mim. Sei bem que não poderia eu, simples cidadão comum, estar convidado a tão nobres e circunspectas presenças de homens públicos, homens de bem. Mas é chegada a hora de expressar minha sentida agonia dessa interminável negociação, de tantos bilhões de dólares, cuja noite eterna não finda nunca. Passei quase dez anos acompanhando as negociações do Governo federal com nossos credores externos. Os anos se passaram, envelheci, envelhecemos, e o impasse é, hoje, igual a ontem. Enquanto isso, homens públicos das mais diversas escolas, que nunca frequentei, me disseram que o sacrifício salarial era impositivo, que o desemprego uma inescapável contingência, que o aperto do custo de vida não seria para sempre. Passou tudo, menos essa terrível conta social, a meu favor, que se acumula, sem que eu a possa cobrar.

Depois vieram os outros homens, de outras escolas, a dizerem que estava tudo errado (ainda bem, pensei eu, agora descobriram a saída!) e puseram os bancos externos a esperar na moratória dos seus créditos. A resposta estaria em encurtar a dívida interna, a ciranda financeira, a poupança de papel, gorda demais em relação ao produto nacional. Não entendi. Mas achei válido. Levaram minha poupança, magra. Levaram-na

também do Dr. Antonio Ermírio. Fiquei até impressionado. Não funcionou. A situação social de minha rua, dos meus vizinhos, dos meus colegas de trabalho, V. Exa. não imagina quanto pior ficou.

Agora, vejo nova esperança. Não são mais os homens das escolas, mas os políticos de bem — os líderes de líderes — que se reúnem para resolver o impasse de outra dívida — a dos Estados — que ninguém tinha visto antes. Mais uma. Será que eu entro nessa pagando ou recebendo? Pelo amor de Deus, se eles — os defensores dos erários públicos, das finanças públicas — descobrirem que eu ainda estou vivo, vão querer levar a minha pele para o penhor das dívidas que V. Exa. representa como Governador. Um amigo me disse que aquele dinheiro do Pis-Pasep vai virar bolinho para rolar a dívida dos Estados. Quer dizer que eu, mais uma vez, entro nessa pagando? Não sou técnico, sou trabalhador, mas sinto que algo vai mal, está faltando alguma coisa nessas contas públicas que eles não conseguem fechar nunca. Será que eles se esqueceram do povo?

Sr. Governador: que sua escola de vida, sua sabedoria, sua alta cidadania o ilumine nessa reunião, numa hora tão difícil para todos nós, do Presidente ao mais humilde cidadão do povo. Sem pedir favor de espécie alguma, se puder, quando estiver lá, Sr. Governador, reunido com eles, pense em mim, chore um pouco por mim, não ligue tanto pra eles...